

AGENDA LEGISLATIVA SEMANAL

CONGRESSO NACIONAL

Plenário – 15/12

Está prevista sessão de vetos para deliberação de vetos e do Orçamento Federal.

SENADO FEDERAL

Plenário – 13 a 15/12

A Presidência divulgou as possíveis proposições a serem discutidas nesta semana, podendo ser deliberada na terça-feira a PEC 13/2019, que autoriza os municípios a reduzir o valor do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) para quem adotar ações ambientalmente sustentáveis em seus imóveis. Também consta na pauta o PL 4.973/2020, que Altera a Lei Maria da Penha, para estabelecer que os órgãos de segurança pública deverão publicar mensalmente os dados relativos à violência doméstica e familiar contra a mulher.

Entre as demais matérias pautadas, destaca-se:

- PL 4815/2019, que Altera a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS), e a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, para dispor sobre a implementação de ações de assistência social, a promoção da saúde mental e a prevenção do suicídio entre profissionais de segurança pública e defesa social e para instituir as diretrizes nacionais de promoção e defesa dos direitos humanos dos profissionais de segurança pública e defesa social.

Outras matérias poderão ser incluídas na pauta mediante acordo de líderes.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Plenário – 13 a 15/12

A Câmara dos Deputados inicia nesta semana a análise da Proposta de Emenda à Constituição 32/22, a PEC da Transição. O texto foi aprovado pelo Senado na quarta-feira passada (7).

Ainda não consta na pauta mas poderá ser incluído o PL 6690/2002, que Estabelece normas gerais relativas ao funcionamento das polícias estaduais e do Distrito Federal, e dos corpos de bombeiros, e dá outras providências.

Vale ressaltar ainda que há vários requerimentos de urgência na pauta para que as matérias possam ser incluídas nas deliberativas. Outras matérias poderão ser pautadas mediante acordo de líderes.

**Comissão de Constituição e Justiça (CCJC) – 13/12, às 13h, 14 e 15/12, às 9h –
Plenário 01**

PEC 423/2014, que Altera dispositivos da Constituição Federal para permitir à União e aos Estados a criação de polícia única e dá outras providências. A relatora, Dep. Bia Kicis (PL-DF), não apresentou seu parecer.

PL 5693/2019, que Altera a Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, na parte em que dispõe sobre o processo e julgamento de crimes de responsabilidade cometidos pelas autoridades elencadas no art. 52, II, da Constituição Federal.

PL 1269/2022, que acrescenta o Art. 16-A na Lei Federal nº 8.429 de 02 de junho de 1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências, especificamente nos efeitos jurídicos das declarações de indisponibilidade de bens.

O relator, deputado Lafayette de Andrada (REPUBLIC-MG), apresentou parecer pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação

Comissão de Trabalho (CTASP) – 14/12 – 10h - Plenário 13

ITEM 1 – PL 5317/2009, que Autoriza as providências para a divulgação, pela internet, das informações relativas a gastos públicos classificados como indenizatória. O relator, deputado Tiago Mitraud (NOVO-MG), apresentou parecer pela aprovação da proposta, na forma de substitutivo, e pela rejeição de outros apensados.

ITEM 3 – PLP 409/2014, que Institui a Lei da Meritocracia, através do Planejamento Estratégico da Administração Pública Brasileira e do Sistema Nacional de Gestão de Alto Desempenho, autoriza a celebração de Acordos de Resultados e Contratos de Gestão e dá outras providências. O relator, deputado Tiago Mitraud (NOVO-MG), apresentou parecer pela aprovação da proposta, na forma de substitutivo